

JORNAL DO BRASIL Crises econômicas e liderança

João Paulo de Almeida Magalhães

1 — Prenunciam-se medidas radicais com respeito à dívida externa. Não só sinalizam nesse sentido os responsáveis pela área econômica como se manifesta, em órgãos financeiros internacionais e na opinião especializada estrangeira, a convicção de que os ônus dos nossos compromissos externos se tornaram insustentáveis. Se algo for realmente realizado a respeito (através de negociação ou de medidas unilaterais de nossa parte), tudo indica que ocorrerá substancial avanço no sentido do duplo objetivo nacional de controle da inflação e retomada do desenvolvimento.

Paradoxalmente, se tal resultado é, de um lado, favorável, de outro, ele se revela extremamente melancólico.

O país entrou, de fato, em fase de graves dificuldades após o segundo choque do petróleo, de 1980, com seus corolários de aumento da taxa de juros, fechamento dos mercados mundiais e deterioração dos termos de troca. Em função disso, toda nossa economia passou a girar em torno dos compromissos da dívida externa. É comum, nesse sentido, lembrar-se que estamos remetendo para o exterior 4% do nosso PIB, percentagem igual ao que falta para recolocar nossos investimentos em níveis adequados. A par disso, a crise de 1981-83 (com declínio absoluto do PIB) e a estagnação generalizada que dominou a economia brasileira durante toda a década, resultaram da tentativa de atendermos nossos compromissos financeiros externos e de controlarmos a inflação, políticas ambas impostas pelo FMI.

Essa era uma situação extremamente injusta (a) porque a suspensão, pós-1982, dos financiamentos normais ao Brasil não se justificava, diante de nossa evidente capacidade de continuar a atender os serviços da dívida, se mantida a abertura do mercado de capitais; (b) porque o inchamento de nossa dívida se deveu às altíssimas taxas de juros reais do mercado mundial, decorrentes de medidas unilaterais e injustificáveis do nosso principal credor (governo americano), (c) porque ao mesmo tempo que se exigia o pontual atendimento ao serviço da dívida eram criadas toda sorte de dificuldades às exportações brasileiras, que garantiam as cambiais necessárias.

Diante da anunciada revisão das condições da dívida fica então a seguinte pergunta: por que o governo não reagiu antes a esse estado de coisas? Por que foi necessário se perder praticamente dez anos do nosso desenvolvimento para que fossem adotadas medidas como as agora consideradas para equacionar o problema? Os motivos que as justificam hoje, não diferem, de fato, dos já existentes há uma década. Não é lícito interpretar-se a situação presente no sentido de que as lideranças brasileiras só reagem quando o país se acha colocado contra a parede e numa situação tão grave, que os próprios potenciais prejudicados pelas medidas corretoras só faltam nos implorar que as adotemos?

2 — O comportamento de uma liderança esclarecida e responsável pode ser, inicialmente, ilustrado com um exemplo brasileiro. Em 1933, diante das dificuldades cambiais do país, o presidente da República pediu ao seu ministro da Fazenda, banqueiro de profissão, que suspendesse o serviço da dívida. Diante da recusa deste, demitiu-o, e o novo titular adotou a medida.

Naquela época o Brasil era um país pobre, atravessando grave crise cambial e tinha a clara lembrança de dívidas externas cobradas à ponta de baioneta. Hoje, temos o oitavo PIB e o terceiro superávit comercial do mundo e sabemos que

nem sequer uma chantagem do nível dos dois “choques do petróleo” provocam mais do que vagas ameaças econômicas.

Em termos de resultados, lembraríamos que a coragem dos líderes de 1933 não impediu que a economia brasileira prosseguisse na sua estratégia econômica básica de industrialização. Entre 1933 e 1940 a indústria brasileira cresceu de mais de 6% a.a. Em sentido contrário, a passividade das atuais lideranças com relação à dívida externa se traduziu numa queda absoluta do produto industrial na década dos 80.

Se quisermos buscar exemplos internacionais de liderança eficaz e corajosa podemos apontar os Estados Unidos que, após a Guerra da Secessão, enfrentou os credores europeus proibindo, pura e simplesmente, o pagamento das dívidas de guerra dos estados do Sul (Emenda Constitucional número 15 de 16/1/1866).

Ainda mais significativa foi a atitude dos países petrolíferos que, consultando exclusivamente o interesse dos seus povos, multiplicaram de forma unilateral, e extremamente injusta para os consumidores, o preço do combustível. Tal foi um comportamento eticamente discutível, muito diferente, portanto, daquele autorizado por compromissos financeiros injustos e/ou de atendimento impossível. E os homens que o adotaram não só são hoje reverenciados pelos seus povos como unanimemente respeitados pela opinião pública mundial.

3 — É, portanto, nesse contexto que se torna surpreendente a longa passividade das lideranças brasileiras. Por que, com respeito à dívida externa, não adotaram, no início dos anos 80, providência, não digo exatamente igual à de 1933, mas ampla bastante para manter o nosso desenvolvimento na década dos 80? Teriam os meios de comunicação mais aperfeiçoados e o maior peso das instituições bancárias estrangeiras no país multiplicado a capacidade desse grupo para influenciar a opinião pública e particularmente nossas lideranças políticas?

Infelizmente, a demonstração de independência dos anos 30 parece ter constituído uma exceção na história administrativa do país. O Brasil atrasou sua industrialização de 50 anos porque nossas elites, baseadas em Say e Bastiat, acreditaram na suposta vocação agrícola do país, da qual os grandes beneficiários eram os países industrializados. Em função disso, o parque manufatureiro básico do Brasil nasceu essencialmente das nossas indesejadas, e sempre combatidas, dificuldades cambiais.

Presentemente, a excepcional prosperidade de uma Coréia do Sul, baseada fundamentalmente em exportações de empresas de capital e tecnologia nacionais, nos leva a indagar se não é chegada a hora de criarmos empresas semelhantes no país. Tal possibilidade nem sequer é considerada. Prefere-se esperar que, na sua divisão interna de trabalho, as multinacionais nos aloquem, espontaneamente, uma parcela de produção suficiente para garantir o nosso desenvolvimento futuro.

Em suma, o episódio da dívida externa, que deverá se desdobrar proximamente, tem uma interpretação pelo menos matizada. Se, de um lado, deverá apresentar resultados positivos, de outro, traz a indagação sobre quanto tempo o país poderá continuar a contar, para seu desenvolvimento, apenas com as condições internas, excepcionalmente favoráveis, de nossa economia. Ainda por quanto tempo poderemos dispensar lideranças esclarecidas e corajosas do tipo das que vêm conduzindo os NIC's asiáticos (com seus pequenos mercados internos, excassez de matérias-primas e longa história de ocupação colonial) às maiores taxas de desenvolvimento do mundo?

João Paulo de Almeida Magalhães é professor titular da UFRJ